

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Foi o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda confrontado com uma denúncia, subscrita por um grupo de motoristas do Algarve, que exercem uma atividade de tipo profissional no transporte de turistas ao serviço de diversos operadores turísticos (agências de viagens e/ou estabelecimentos hoteleiros). Por a referida queixa ser absolutamente esclarecedora, reproduzimos de seguida a comunicação recebida.

“Somos um grupo de motoristas que desempenhamos as nossas funções na região do Algarve e a maioria do nosso trabalho é transportar os turistas que visitam a nossa região do aeroporto para os alojamentos turísticos e dos alojamentos para o aeroporto. Tínhamos a intenção de criar uma associação sem fins lucrativos para defender os direitos laborais de todos os colegas, mas deparamo-nos com uma lacuna na lei que nos tem impedido de concretizar esse objetivo.

A maioria desempenhamos a nossa atividade em empresas com alvará de agência de viagens e infelizmente não há imagem legal de motoristas de agência de viagens e por esse motivo não são requeridos quaisquer requisitos ou carteira profissional para o desempenho destas funções.

Esta situação tornou o transporte dos turistas uma plena anarquia, o que tem prejudicado os motoristas e tornado a viagem dos turistas cada vez mais perigosas pois a maior parte dos motoristas trabalha uma média de 14 a 18 horas por dia, sem ter o mínimo de respeito pelo descanso do pessoal.

Tem havido vários acidentes envolvendo este tipo de transporte e veículos, mas felizmente, a maioria dos acidentes não tem envolvido vítimas mortais, o que tem protegido a imagem internacional do nosso turismo mas se algum jornalista da imprensa internacional resolver pegar no assunto terá matéria para atirar por terra todo o trabalho de criação de uma imagem de destino turístico seguro.

Infelizmente os empresários portugueses fazem concorrência desleal entre eles baixando consecutivamente o preço aos operadores turísticos e atualmente a margem de lucro da maioria

das empresas neste ramo não é a mais valia entre os custos e os proveitos, mas sim os direitos legais que conseguem suprimir aos seus funcionários.

O serviço de transfer em qualquer lugar do mundo é sempre mais caro que o serviço de táxi pois requer disponibilidade de um motorista esperando pelo cliente dentro do aeroporto, com todos custos que isso acarreta, mas apesar disso o serviço aqui é significativamente mais baixo. A diferença do preço é colmatada pelas empresas para não perder rentabilidade no serviço, suprimindo direitos legais aos trabalhadores como é o caso de pagamento de trabalho suplementar, subsídio de alimentação suplementar de para jantar e pequeno almoço e pagamento de horas noturnas.

Além disto o facto de não ser requerido qualquer carteira profissional para o desempenho das funções em conjunto com a concorrência selvagem entre as empresas levou a que as mesmas contratem sem qualquer tipo de critério (..)”.

A ausência completa de regulamentação da atividade transportadora neste subsector fora da lei reclama uma ação do Estado quer no sentido de apurar a dimensão das ilegalidades através de uma (ou mais) ações inspetivas da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), quer no sentido de introduzir a regulamentação indispensável de forma a suprimir as deficiências normativas e os abusos patronais relativas a este tipo de atividade transportadora, em particular, a que respeita ao exercício da atividade de motorista profissional.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social, as seguintes perguntas:

1. Tendo em vista o apuramento cabal de toda esta situação, vai o Governo solicitar à ACT que promova as ações inspetivas necessárias na região do Algarve e noutras regiões do país em que tal se justifique?
2. Considera o Governo indispensável aprovar, logo que possível, regulamentação específica para enquadrar este tipo de atividade, em particular, obrigando ao respeito pelos direitos profissionais dos motoristas e regulamentando de forma mais estrita as condições de acesso por parte das empresas a este tipo de atividade de transporte ocasional ligada ao setor do turismo?

Palácio de São Bento, 23 de outubro de 2017

Deputado(a)s

HEITOR DE SOUSA(BE)

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)

ISABEL PIRES(BE)